

VIAS E DESVIOS DE UMA ESCRITURA: MACHADO DE ASSIS

Paulo César Silva de Oliveira

Universidade Iguazu

RESUMO: Este artigo propõe uma leitura da obra de Machado de Assis, em especial o romance *Esau e Jacó*, defendendo a idéia de Machado como um modernista *avant la lettre*, dissecando sua relação paradoxal com as questões políticas, filosóficas e históricas, as quais serão desconstruídas na prosa do bruxo.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis. Modernidade. Desconstrução.

1. Vias e desvios da escritura em Machado de Assis

O leitor atento, verdadeiramente ruminante, tem quatro estômagos no cérebro, e por eles faz passar e repassar os atos e fatos até que deduz a verdade, que estava ou parecia estar escondida.

***Machado de Assis**

Como os conceitos de moderno, modernismo e modernista têm sido bastante problematizados e sua utilização pode causar incompreensões, tentaremos, antes de tudo, delimitar um espaço de questionamento. Queremos vivenciar o sempre desafio de aceder a Machado. Sendo assim, o nomeamos modernista. Um modernista anterior ao movimento que em nossas letras se inaugura oficialmente em 1922. Mas, por utilizar o termo *modernista*, pretendemos, no entanto, circular em um universo mais abrangente do que o datado acontecimento de 1922. Por isso, recorreremos a Habermas e neste momento introdutório faz-se necessário interpelá-lo.

Habermas vê o horizonte da modernidade em deslocamento, e aponta quatro motivos modernos que rompem com a tradição: pensamento pós-metafísico; guinada lingüística; crítica da razão e superação do logocentrismo¹. Como resultado desses novos centramentos, a validade do que pode e não pode ser entendido como ciência é questionada; e as relações entre linguagem e mundo tornam-se cada vez mais complexas, na medida em que a dicotomia sujeito-objeto é quebrada. Conseqüentemente, os modos de acesso à verdade terão que passar pelo próprio autoquestionamento dos paradigmas e

¹ Habermas, 1990, p. 14.

da verdade, compreendida como interpretação, perturbando o idealismo que sempre rondou a questão.

Uma sentença de Habermas nos é reveladora: “Os critérios de validade capazes de iluminar hoje em dia o sadio bom senso humano – tarefa da filosofia – não estão mais à disposição da própria filosofia”². Essa falibilidade da filosofia, detectada por Habermas em Kant, retira da metafísica o aval conclusivo, integrador. Portanto, o extraordinário, antes contido na filosofia, passa, depois de constatados os limites da metafísica, a migrar para a arte, que se tornou autônoma; mas o extraordinário reside ainda no dia a dia, fato que requer uma “guinada pragmática”, pela qual Habermas entende a análise das relações interpessoais como campo privilegiado dos *procedimentos* que regem o mundo da vida³. A esses “procedimentos”, o filósofo chamará de prática intramundana, na qual a força exploradora do homem interage através do sistema de comunicação e da linguagem.

Este breve sumário das proposições habermasianas – no que diz respeito ao problema da construção artística e na sintonia entre pensamento e mundo da vida, ou ainda no modo de apreender o real – para nós é revelador, se compreendermos que a reflexão machadiana está sintonizada com essas proposições: “O escândalo das *Memórias* está em sujeitar a civilização moderna à volubilidade”⁴, nos mostra Schwarz. Machado “foi o que melhor compreendeu e traduziu o traço distintivo da realidade brasileira de seu tempo, o mecanismo da volubilidade”⁵, arremata Rouanet. Questões fundamentais.

Analisando ainda as indicações de Habermas concernentes ao “mundo da vida”, veremos que o filósofo traça distinções entre ficção e realidade, criticando, de passagem, a corrente pós-estruturalista, cujo pensamento anula, segundo ele, o sistema de referências com o mundo, tornando inviável a distinção entre níveis diferentes de

² Habermas, 1990, p. 27.

³ Nesta direção, Habermas traça um importante paralelo entre cultura, sociedade e as estruturas da personalidade como substratos dos organismos humanos: “O mundo da vida estrutura-se através de tradições culturais, de ordens institucionais e de identidades criadas através do processo de socialização” (HABERMAS, 1990, p. 100). Neste “cruzamento das estruturas da personalidade com a cultura e a sociedade” (HABERMAS, 1990, p.101) é que iremos “ler” a problemática machadiana.

⁴ Schwarz, 1990, p. 54.

⁵ Rouanet, 1993, p. 324.

realidade⁶. Nossa leitura de Machado procura ver a construção ficcional como modo de acesso a paradigmas questionadores da verdade. Sem esquecer os sistemas de referências com o mundo, que demonstram os vínculos entre ficção e real (todavia, sem subordiná-lo ao conceito clássico de representação), queremos surpreender a construção machadiana como um “novo olhar” sobre a realidade, inaugurado na segunda fase com as *Memórias póstumas de Brás Cubas* (de agora em diante, utilizaremos a forma abreviada *MpBC*). Com *Esaú e Jacó* (de agora em diante, utilizaremos a forma abreviada *EJ*), quarto romance da série, prosseguiremos na investigação do olhar reflexivo, cujas implicações revelam uma problematização crítica da história, do ato de representação literária e das estratégias de uma escritura que não deu tréguas aos pressupostos metafísicos.

Já em *Ressurreição*, seu primeiro romance, Machado criticava o projeto racional cientificista, bem como apontava, na filosofia, um recrudescimento da dialética. O médico que assiste Raquel dá a medida do germe crítico que iria contaminar a prosa da maturidade:

Em sua opinião Raquel estava irremediavelmente perdida. Não era opinião aérea e infundada (...) Demonstrou-o efetivamente, durante vinte minutos, com a justa apreciação dos fatos, os dados seguros da ciência, e uma dialética tão cerrada que era impossível fazer-lhe a menor objeção⁷ (Grifos nossos).

Esta abordagem crítica, disseminada no primeiro romance, cedeu, nos romances posteriores, aos dispositivos românticos com os quais o autor iria “acertar contas”. Nossa investigação quer compreender o Machado da modernidade latente, traduzida na radical aceção do termo em *MpBC*, reflexão aprofundada para *EJ* e que se estenderia até a sua morte.

Devido aos limites deste artigo, nos concentraremos em dois momentos da prosa machadiana. O primeiro refere-se ao *Prólogo da terceira edição*, das *MpBC*.⁸ A análise deste prólogo nos fará investigar o problema da ficcionalidade do ficcional. O segundo

⁶ Habermas critica a anulação da linguagem operada por Foucault e Derrida e combate a idéia de que evidências extraídas do âmbito da literatura e da teoria encontrem bases sólidas na filosofia. Habermas liberta o texto da sua pretensão de se tornar documento; não sendo filosófico, o texto ficcional guarda, no entanto, certas relações com o mundo, que são: autor/mundo no qual se vive; ficção e realidade; e referência à realidade na narrativa que precisa ter “aparência” de real (HABERMAS, 1990, p. 241). A análise do ficcional passa, assim, a requisitar uma interpretação que procure a verdade da ficção, que não é homóloga à verdade filosófica.

⁷ Assis, 1986, p. 152.

momento, o encontramos nos capítulos XXXIX (*Um gatuno*) e XL (*Recuerdos*), de *EJ*. As duas referências serão, no entanto, pontos de partida para a verificação de nosso questionamento em outros momentos das duas obras.

Esperamos, desta forma, surpreender a escrita machadiana na sua composição; propor uma leitura crítica que investigue as estratégias do autor e do leitor em relação à obra; e, finalmente, entender por que a compreensão das questões machadianas é fundamental ainda hoje. O futuro da prosa machadiana, a nosso ver, reside nestas aproximações, nesse olhar que rastreia o percurso de um autor que, como tudo indica, rumo ao futuro a passos largos, não somente por ser canônico, mas por permitir, na abrangência de suas problemáticas, que sua narrativa ilumine o presente: legado machadiano.

Se antes destacamos algumas características da modernidade consideradas fundamentais por Habermas, neste momento queremos compreender de que maneira Machado já refletia ficcionalmente alguns aspectos das questões levantadas pelo filósofo alemão. Antes, porém, gostaríamos de destacar nosso débito com relação ao grande esforço de Mikhail Bakhtin na reflexão sobre o romance: a questão do plurilingüismo.

Nos interessa considerar duas proposições bakhtinianas: “o sujeito que fala no romance é um homem essencialmente social” e “sempre, em certo grau, um ideólogo e suas palavras são sempre um ideograma”⁹. A originalidade estilística do sujeito que fala no romance está no fato de que ele é o “ideólogo do esteticismo, que desvenda sua profissão de fé, sujeita a uma provação no romance”¹⁰. Nossa leitura de dois momentos – o primeiro nas *MpBC* e o segundo na escritura de *EJ* – da obra machadiana, mostrará como a reflexão do real desencobre os estratagemas ideológicos e é fruto do processo de maturação do autor, cuja narrativa, ao mesmo tempo, encaminha uma discussão acerca da própria ficcionalidade do ficcional. Neste embate entre duas colunas críticas, iremos tematizar a questão da representação social e da crise dos paradigmas românticos, que darão origem à produção literária mais fecunda de nossas letras.

Como já destacamos, Machado cria, em seus escritos da segunda fase, toda uma problemática em torno da crise dos paradigmas românticos, cujo primeiro fruto do

⁸ Assis, 1986, p. 512.

⁹ Bakhtin, 1988, p. 135.

¹⁰ Bakhtin, 1988, p. 135.

desgaste seriam as *MpBC*. A fusão da crítica social com o questionamento dos mecanismos literários deu origem a uma forma inovadora. Por um lado, aponta as contradições da assimétrica sociedade brasileira do século XIX, pulveriza seus complexos mecanismos ideológicos e os remete ao leitor; por outro, o faz na medida em que questiona os próprios recursos da linguagem romanesca que utiliza, conclamando o leitor a partilhar do jogo discursivo. Este jogo se instaura no momento em que o leitor é “convidado” a pactuar com a proposta do autor, o que Umberto Eco chamou de “suspensão da descrença”¹¹. Em Machado, este processo ocorre através da “desfamiliarização” do leitor, retirado do universo de certezas. Uma vez que a sintaxe machadiana desconcerta, há um “estranhamento” que faz da leitura de sua prosa um campo de investigações delicado e ardiloso.

Examinando dois importantes momentos desta prosa “inconstante”, destacamos algumas questões essenciais. Em *MpBC*, no prólogo “Ao leitor”, Machado propõe uma “obra difusa”, de “forma livre”, cujas fontes vão de Sterne a Maistre, dirigida à “gente grave” e à “gente frívola” – apontando, de passagem, para a possibilidade de um “leitor ideal”. Machado também acentua a necessidade da autonomia da obra de arte. Finaliza o prólogo com uma indelicadeza: um piparote no leitor¹². Isso não é pouco. Mas Machado vai além. No “Prólogo da terceira edição”, Capistrano de Abreu pergunta se as *MpBC* são um romance; Macedo Soares acentua os vínculos com as *Viagens na minha terra*, de Garrett. Ao primeiro, responde Machado, através de Brás Cubas, “que era romance para uns e não para outros”; ao segundo, também é Brás Cubas quem toma a palavra: “Trata-se de uma obra difusa, na qual eu Brás Cubas (...) não sei se lhe meti umas rabugens de pessimismo”¹³. Em ambas as respostas, percebemos a necessidade e a vontade machadianas de reafirmar a autonomia do ficcional. Como nos lembra Habermas, “o texto pode engolir não somente o autor, mas também a diferença categorial entre ficção e realidade, no momento em que torna transparente em si mesma a operação de produção de um novo mundo”¹⁴.

Machado acrescenta ainda que seu Brás Cubas, ao contrário dos modelos sterneano e de Maistre, “viajou à roda da vida”. As *MpBC* afastam-se de seus modelos pelo

¹¹ Eco, 1994, p. 63.

¹² Assis, 1986, p. 513.

¹³ Assis, 1986, p. 512.

“sentimento amargo e áspero” que carregam¹⁵. De fato, a reflexão ficcional machadiana está vinculada a um novo olhar sobre os modelos de representação do mundo. Filtrando as contradições ideológicas das classes dominantes de seu tempo, Machado apresenta-nos o traço distintivo da “volubilidade” e da “desfaçatez de classe”, da forma como nos é apresentada por Roberto Schwarz¹⁶. Mas a aguda observação de Schwarz que melhor resume nossos propósitos reside no modo de fazer com que a “narrativa percorra um conjunto discriminado de relações, o que supõe distância e visão de totalidade próprias ao romance realista”¹⁷. Machado, então, combina a fina percepção das relações particulares, microscópicas, com um aguçado sentido universal destas mesmas relações, intuindo, de passagem, que as problemáticas do acaso e do jogo também fazem parte de um todo estrutural o qual a prosa quer refletir. Daí a dificuldade – reconhecida por Schwarz – em se tratar da prosa machadiana sob um *prima* não abrangente.

Sob esta perspectiva é que lemos uma outra passagem da obra machadiana, desta vez em *Esau e Jacó*. Também aqui o novo olhar machadiano desloca-se da via dicotômica romântica para um percurso deslizante, fugidio. Um olhar *entre*, baseado na observação sistemática da cotidianidade do mundo da vida, aliada ao questionamento ético-moral de uma sociedade desigual, cujos princípios e condutas instaurariam, de acordo com José Paulo Paes, uma “ética do egoísmo”¹⁸ – já intuída por Machado e, contemporaneamente, extensamente analisada por Christopher Lasch como característica da modernidade, vinculada ao problema do narcisismo¹⁹. Ao nosso ver, porém, é ao abdicar de um esquema de causas e efeitos para propor um sistema de questionamento, relativizando as categorias evocadas que Machado consegue seu salto qualitativo.

No capítulo XXXIX de *EJ*, uma cena banal – um furto – nos induz a uma reflexão central no romance. Um suposto gatuno é levado pela polícia, que é seguida por uma multidão (dupla e contraditória, nos diz o narrador). Aos reclames de inocência por parte do suposto ladrão, a multidão execra os policiais; outras vezes não se manifesta ou, ameaçada pelos policiais, a turba recua. Deste vaivém, Aires tira duas conclusões: o fato

¹⁴ Habermas, 1990, p. 242.

¹⁵ Assis, 1986, p. 512.

¹⁶ “(...) a volubilidade de Brás Cubas é um mecanismo narrativo em que está implicada uma problemática nacional. Esta acompanha os passos do livro, que tem nela o seu contexto imediato, ainda quando não é explicitada ou mesmo visada” (SCHWARZ, 1990, p. 46).

¹⁷ Schwarz, 1990, p. 79.

¹⁸ Paes, 1985, p. 37-48.

deve-se ao velho intuito de resistência à autoridade; e toda liberdade é uma espécie de violação. Pois “não há paraíso que valha o gosto da oposição”²⁰, diz. Há uma “liberdade primitiva”, reflete o Conselheiro, remontando a Adão. Da forma como é concebida hoje, a liberdade é sempre violadora. Essa dualidade é a mesma que faz com que os valores éticos e morais – que fundam a sociedade – sejam representações do mundo e, portanto, criticáveis. A narrativa, desta maneira, é representação de um mundo de representações. Por isso, em Machado, o rigor da observação particular obedece também a princípios de validade universal. E é essa relação particular/universal que vai estruturar os mecanismos contraditórios da sociedade brasileira do século XIX, com os quais Machado opera genial e minuciosamente.

Como nada em *EJ* é gratuito, a questão evocada por Aires serve de ponte para que este retome um episódio acontecido em Caracas. Refletindo sobre a multidão, no episódio do furto, Aires recordará que semelhante acontecimento se dera quando partilhava da companhia de uma bela dama em Caracas. Ao comentar com esta sobre os clamores ouvidos na rua, diz a companheira: “É o governo que cai”. Aires replica: “Mas eu ouço aclamações...”. A conclusão da dama, bem ao gosto machadiano é a seguinte: “Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de ir cumprimentá-lo”²¹.

Não é de admirar que esse caráter vacilante das instituições se estenda ao plano individual. As passagens mencionadas são feitas por uma “jovem comediante”; e Aires está mais inclinado aos encantos da Sevilhana, cuja sombra “varreu tudo o mais”, do que à ascensão de um governo que sobe ou cai em um país estrangeiro. Ao apontar dois casos ocorridos em países distintos, Machado quer mostrar que o caráter de suas idéias não é apenas local, mas possui uma amplitude universal, que é da ordem do humano. Sendo assim, sua prosa não apenas localiza a questão como sendo nacional, mas, por abrangência e alcance, a estende a todo um processo de desconstrução dos imperativos categóricos da política e da natureza humana.

Façamos aqui uma pequena pausa para comentar algumas declarações de John Gledson, em sua crítica à idéia de uma predileção pelo significante, exposta por Affonso

¹⁹ Lasch, 1987, p. 9-50.

²⁰ Assis, 1986, p. 997.

²¹ Assis, 1986, p. 997.

Romano de Sant’Anna. Gledson propõe uma abordagem “terra-a-terra”²² da obra de Machado, e isso significa uma fé inabalável em uma representação histórica por ele efetuada. Ao nosso ver, a crítica machadiana aponta mais para as dissonâncias do que para uma homologia entre o contexto histórico e sua mimetização. Gledson está correto quando mostra que a ênfase no significante, proposta por Affonso Romano, reduz a obra a uma sintomatologia, resvala para uma vontade estruturalizante – que existe, é verdade – basta recordar as advertências ao leitor:

Tudo isto é sabido e banal, mas dá ensejo a dizer de duas barbas do último gênero, célebres naquele tempo, e ora totalmente esquecidas. Não tendo outro lugar em que fale delas, aproveito este capítulo e o leitor que volte a página, se prefere ir atrás da história²³ (Grifos nossos).

Esse “relaxamento” em relação ao ficcional mostra, em outra passagem, que a obra é estruturada de acordo com os novos paradigmas de escrita com os quais o escritor lida e não apenas “representa” o mundo. A obra é, em si mesma, uma construção, representação da representação tornada linguagem:

Or, bene, para falar como o meu capucho, porque é que este e o maltrapilho voltaram do grisalho ao negro? A leitora que adivinhe, se pode: dou-lhe vinte capítulos para alcançá-lo. Talvez eu, por estas alturas, lobrigue alguma explicação, mas por ora não sei nem aventuro nada²⁴ (Grifos nossos).

Como observa Eco, “o tempo do discurso é o resultado de uma estratégia textual que interage com a resposta dos leitores e lhes impõe um tempo de leitura”²⁵. Dessa forma, a ênfase no significante e a crença na representação da história fazem da observação de Affonso Romano e da crítica de Gledson complementares. Não se pode esquecer que a dificuldade da crítica com relação a Machado pautou-se pelas tentativas sempre mal sucedidas de expô-lo a um enquadramento. Essas questões nos interessam, e muito. A dificuldade de conceber uma teoria sociológica convincente que dê conta do universo de contradições traz para os críticos problemas sempre desafiadores. E

²² Gledson, 1986, p. 161-214.

²³ Assis, 1986, p. 977.

²⁴ Assis, 1986, p.978.

²⁵ Eco, 1994, p. 63.

Machado faz questão de dar o tom: “nada em cima do invisível é a mais sutil obra deste mundo, e acaso do outro”²⁶. Estaria Machado nos adiantando a questão do indecidível?

Outrossim, feitas as digressões, voltemos ao *EJ*. O capítulo intitulado “Caso do burro” arremata as reflexões anteriores de Aires, por nós trazidas ao debate. Novamente, é através de uma cena aparentemente sem importância que a percepção machadiana se apresenta. Espetáculo “vulgar”, o de um burro sendo açoitado por seu senhor, será, no entanto, emblemático. Aires lê nos olhos do burro “ironia e paciência”, arrematadas pela “liberdade de teimar”²⁷, prima do “gosto da oposição”, que mantém acesa a chama da “liberdade primitiva” à qual nos referimos. Portanto, nestes três momentos aludidos por Aires a poética machadiana conduz a questão particular/universal, a fina observação da cotidianidade e sua homologia estrutural ao terreno da representação social e literária. A própria sentença de Aires, “o olho do homem serve de fotografia ao invisível, como o ouvido serve de eco ao silêncio”²⁸, sintetiza o discurso trabalhado e retrabalhado pelo autor, sem esquecer os leitores (receptores), pois se “a opinião é um velho óleo incorruptível”²⁹, a contra-assinatura dada pelo leitor também faz parte das estratégias arquitetadas pelo autor. Para isso, faz-se necessária uma leitura crítica, cujas peculiaridades examinaremos a seguir.

A rigor, toda leitura é crítica. Examinando mais a fundo a questão, entenderemos ser essa problemática de natureza mais complexa. Umberto Eco³⁰ diz que todo leitor carrega dentro de si sua enciclopédia. Desta depende seu modo de encarar o texto. Neste sentido, toda leitura é uma interpretação particular, atravessada pela intertextualidade e pelos nexos (recordemos Habermas) com o mundo da vida.

Traçando uma distinção entre leitor-modelo – aquele que é requisitado pelo autor-modelo e que pactua com seus chamamentos, mas que quer também algo além – e o leitor-empírico – qualquer um de nós, indeterminados, quando lemos um texto – Eco procura criar uma tipologia do “leitor ideal” que, guardadas as proporções, podemos vincular à problemática machadiana. Este leitor-modelo é um conjunto de instruções textuais propostas pelo texto.

²⁶ Assis, 1986, p. 976.

²⁷ Assis, 1986, p. 998.

²⁸ Assis, 1986, p. 999.

²⁹ Assis, 1986, p. 999.

A diferenciação entre autor-empírico e autor-modelo define as questões. Enquanto o primeiro é um “eu civil” (e poderíamos chamá-lo, no caso de *EJ*, de Machado de Assis, em nossa investigação), o segundo pode ser chamado de “voz”, “estilo”, ou, como diz Eco, “estratégia narrativa”:

(...) o autor-modelo é uma voz que nos fala afetuosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer a seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo³¹.

Assim, uma proposta de leitura crítica quer combinar o estudo do autor-modelo com os requisitos do leitor-modelo. Reconhecendo no texto uma assinatura (do autor-modelo), reconhecemos ainda sua contra-assinatura (leitor-modelo) e identificamos as estratégias utilizadas, bem como seguimos suas instruções. A leitura crítica reconhece e distingue os movimentos do texto e os quer relacionar a um estilo. Nessa perspectiva, os “piparotes” no leitor visam a chamar a atenção deste para a obra como construção; relativizando os postulados da representação ficcional, Machado ora reconhece no leitor uma contra-assinatura fundamental, ora quer que este se “edue”. E, finalmente, o leva a questionar (-se). Leitores-modelo como Luiz Costa Lima, por exemplo, vêem as *MpBC* como trabalho da representação social, pontuado pela morte e pela questão do tempo³²; outros, como Antonio Candido³³, procuram ver um esquema no qual a questão da identidade, da relação entre realidade e ficção, e da relativização são partes de um projeto ambicioso no qual a importância das interpretações está na sua adequação à obra, em que uma interpretação não elimina a outra, “porque ao apanhar um ângulo não podem deixar de pelo menos pressentir os outros”³⁴. (O que, de certa forma, apazigua as divergências por nós apontadas entre a interpretação de Gledson e o encaminhamento de Affonso Romano).

³⁰ Todas as nossas observações constam em Eco, 1994; os conceitos emitidos a seguir fundamentam-se na reflexão do autor.

³¹ Eco, 1994, p. 21.

³² Lima, 1981, p. 57-123.

³³ Candido, 1977, p. 13-32.

³⁴ Candido, 1977, p. 18.

Em *EJ*, o esvaziamento do enredo e a centralização da trama na luta dos gêmeos pelo amor de Flora, já detectado como “jogo especular” por Luiz Costa Lima, são alguns aspectos do desprestígio do enredo como “história contada”. No entanto, os recursos lingüísticos utilizados – extremamente sofisticados e elaborados – dão conta de uma fabulação mais rica. Daí talvez tenhamos que acentuar, por vezes, a interpretação da escrita com ênfase no significante. Basta recordarmos nossa investigação em torno dos capítulos XXXIX e XL. Aqueles despistes são levados ao paroxismo nos capítulos LXII e LXIII, com o caso das tabuletas da “Confeitaria Império”. Enfatizando a mesquinhez e a avareza de Custódio, o narrador descobre uma outra questão que é maior: a diferença entre o governo que sobe e o governo que cai, já encaminhada no capítulo XL. De passagem, revela a estupefação de um povo que assiste às mudanças sem que possa influir no processo: “E afinal que tinha ele com política? Era um simples fabricante e vendedor de doces (...) e, principalmente, respeitador da ordem pública...”³⁵. A homologia entre o significante – aparentemente responsável pelo esvaziamento do enredo – e níveis mais profundos de análise destaca, na obra, a importância da representação social e política, assim como acentua o caráter volúvel de nossas elites.

Para evitar a idéia de fechamento que toda conclusão carrega, queremos mostrar que a proposta de leitura crítica em relação à prosa machadiana parte da comunicação que se estabelece com a obra; distingue autor e leitor e os aproxima sob o manto do estilo. E os faz construir uma poética, um “*corpus* como uma tradução do mundo-da-vida em que o autor viveu e procurou construir uma consciência crítica da realidade”³⁶. A obra machadiana pode, ainda, “esclarecer a crise porque passa a identidade”³⁷, mostrando que “o universal humano não é abstrato, mas a manifestação do que cada mortal é”³⁸, conforme propõe Manuel Antônio de Castro. Daí a necessidade de se repensar o sem-número de questões evocadas e dirigi-las para um panorama crítico da obra machadiana hoje.

De tudo o que foi exposto até agora, podemos destacar algumas reflexões: o leitor-modelo deve rondar as estratégias do autor-modelo e trabalhá-las; as relações entre significante e representação social são complementares; é preciso reconhecer que toda

³⁵ Assis, 1986, p. 1.028.

³⁶ Sepúlveda, 1994, p.25.

³⁷ Castro, 1994, p. 199.

crítica em relação à obra literária é dotada de um caráter de complementaridade. Assim, passemos a alguns pontos essenciais.

A crítica, que hoje se situa em uma confortável posição, dada a imensa fortuna crítica em torno da obra machadiana, tem como principal dificuldade de abordagem a necessidade de limitar um campo de questionamento. Desta retomada do que foi dito, o belo trabalho de Roberto Schwarz sobre as *MpBC*, ao qual já nos referimos, é criticado por Rouanet, que defende o instrumental teórico do crítico, mas rejeita a tese entre “uma diferença de fundo entre a volubilidade brasileira e a européia”³⁹, discordando ainda da aproximação entre volubilidade literária e mimese da sociedade. Para Rouanet, Machado se deu conta da homologia entre as relações assimétricas das sociedades brasileira e européia, já que era um grande leitor dos escritores “volúveis” da Europa do século XVIII.

Entre as duas posições está situada uma legião de críticos que procuram situar o viés mais apropriado. Assim como Enylton de Sá Rego vai à sátira menipéia e à tradição luciânica⁴⁰, Kátia Muricy investiga a possibilidade de uma “razão cética” ser a marca da crítica de Machado ao seu tempo”⁴¹. Todos tentam dar conta de uma saudável perplexidade oferecida no vigor da construção machadiana.

Mais do que listar as contribuições críticas, queremos concordar com Manuel Antonio de Castro, quando diz: “Machado não é um moralista. Machado é ético”⁴². É na possibilidade de, hoje, em tempos pós-modernos, se reconstruir ou se recriar uma ética planetária que devemos, em nossas letras, voltar a Machado com novos olhos. Com o sentido crítico fornecido pelas já extensas contribuições dos teóricos machadianos, aceitamos o conselho de Antonio Candido: reafirmar a importância do texto machadiano – para que, entre essas polaridades críticas, se construa uma poética lúcida a qual, nos tempos da técnica exacerbada que parece dominar a comunidade planetária, possa dar uma resposta, ainda que transitória e instável, às nossas perplexidades. A tarefa de uma reconstrução ética e de um questionamento crítico de nossa identidade/diferença terá que

³⁸ Castro, 1994, p. 205.

³⁹ Rouanet, 1993, p.304-38.

⁴⁰ Cf. Rego, 1989.

⁴¹ Cf. Muricy, 1988.

⁴² Castro, 1994, p. 159.

passar pelas contradições apontadas por Machado. É a nossa tarefa hoje. É nossa tarefa para o futuro. Essa visão norteia o pensamento de Castro:

A ciência e a técnica parecem assim, pela sua presença universal, acabar por realizar o princípio universalista do humanismo. Tal não se dá. Baseada na ciência, a economia e a técnica dissolvem, aos poucos, os alicerces dos Estados Nacionais, fonte de afirmação das identidades enquanto diferenças, ou seja, as identidades para si. Ao mesmo tempo, disseminaram a cultura de massa, gerando um universalismo abstrato e vazio, fonte de afirmações das identidades enquanto identidades, ou seja, as identidades-em-si. Esta identidade, baseada na cultura de massa, é uma aparente identidade, porque distante do núcleo ético do homem: o que ele é. Tal identidade se baseia na representação da ciência e da técnica, incapazes, estas, de fundarem valores éticos.⁴³

Conclusão

Talvez o que mais preocupe no fechamento de um artigo sobre questões plurisignificativas encaminhadas por Machado é a impossibilidade da conclusão. O crivo sob o qual pretendemos compreender sua narrativa rende-se a essa impossibilidade. Porém, se há um fio condutor para tudo o que se disse, este parece alojar-se no não-fechamento às possibilidades de compreensão da obra. Procuramos modos de entrada no texto sob a ótica do dialogismo e da reflexão crítica do real e do ficcional. Conclamando o leitor-modelo a operacionalizar as estratégias narrativas do autor-modelo, destacamos a ironia e o jogo no questionamento da razão e do acaso: vigor do questionamento que ganha músculos nas páginas mais agudas das *MpBC* e de *EJ*.

Machado mostra que o império do significado está exposto ao paradoxo: quando olhamos para nosso pequeno mundo, os acontecimentos que nos rodeiam escapam à totalidade da compreensão. Machado quer justamente criticar esta fuga e apontar essa impossibilidade como matéria vertente de sua narrativa. Impossibilitados de pensar a totalidade, nos resta radicalizar a reflexão, especular idéia acerca do fato mínimo, da observação miúda, extraindo de cada faísca de observação a matéria prima do pensamento. Entendemos que isso é o que Machado propõe como forma privilegiada de acesso à significação. Delicadeza de Machado de Assis: transferir este papel e esta responsabilidade para o leitor. Conferir ao leitor uma responsabilidade que, no entanto,

⁴³ Castro, 1994, p. 204.

não o demite do susto e do salto, próprios do viés corrosivo com que os narradores machadianos criticam o mundo circundante. Ironia, jogo? Sim, pois ambos são condições para a reflexão acerca do real com as quais Machado de Assis opera e das quais não abre mão.

Pois é justamente por este trabalho com a linguagem que a escritura machadiana dirige-se ao futuro. Se há um fator de união entre as diferentes consciências críticas face ao mundo cada vez mais dominante da técnica, esse fator é a linguagem. Para cada povo, em particular, resta sua língua e a capacidade de, por ela e através dela, se descobrir aquele sentimento íntimo que nos torna brasileiros e humanos, particulares e universais. Nesse campo de reflexão, precisamos situar a prosa machadiana como lugar privilegiado da consciência crítica brasileira. Este lugar, Machado de Assis o conseguiu porque soube aliar seu domínio da técnica literária ao novo modo de ver e conceber as dicotomias da sociedade vigente.

Inconstante e desconcertante, a narrativa machadiana ruma ao futuro no vigor da radicalização do discurso literário como forma de desconstrução das instâncias de poder; desvela seus mecanismos jogando com os leitores e os alerta, de passagem, para as armadilhas deste poder. Suprema delicadeza: escrita deslizante, desloca-se no tempo e nele sobrevive. Vencendo o tempo e apontando para o caráter corrosivo da língua e da linguagem como fundamentos de uma nova ética, buscando a humanidade do homem nas instâncias menos perceptíveis, essa escrita ainda hoje conclama aqueles que buscam nos caminhos e possibilidades do saber ficcional uma diferença qualitativa em relação ao mundo da técnica e da ciência.

Referências bibliográficas

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obras completas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1988.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: _ _ _ . *Vários escritos*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CASTRO, Manuel Antonio de. *Tempos de metamorfose*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GLEDSOON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

LASCH, Christopher. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PAES, José Paulo. A armadilha de Narciso. In: _ _ _ . *Gregos & Baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REGO, Enylton de Sá. *O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ROUANET, Sérgio Paulo. Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade. In: _ _ _ . *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SEPÚLVEDA, Carlos. *Machado de Assis & os outros*. Rio de Janeiro: UFRJ; Faculdade de Letras, 1994. Cópia mimeo.

Machado de Assis, ways and diversions of his writings

Paulo César Silva de Oliveira

ABSTRACT: This article proposes a reading of Machado de Assis' writings, in special the novel *Esau e Jacó*, defending the idea of Machado as a modernist *avant la letters*, dissecting his paradoxical approaches towards political, philosophical and historical issues, which his prose will deconstruct.

KEY WORDS: Machado de Assis. Modernity. Deconstruction.